

Por um resgate da trajetória feminista

Maria da Penha, entrevistada por Wânia Pasinato

Maria da Penha

Biofarmacêutica que dá o nome à Lei nº 11.340, sancionada no dia 07 de agosto de 2006. A lei Maria da Penha aumenta o rigor das punições às agressões contra a mulher, quando ocorridas no ambiente doméstico ou familiar e engloba, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral. Em 1983, Maria da Penha sofreu duas tentativas de assassinato por parte de seu marido, na primeira recebeu um tiro nas costas que a deixou paraplégica. Foram dezenove anos até que seu agressor fosse condenado a oito anos de prisão, entretanto, ele ficou preso por apenas dois anos e, por meio de recursos jurídicos, foi solto em 2004. Em 1998, o caso foi levado à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. Em 2001, a CIDH condenou o Brasil por negligência e omissão em relação a esse tipo de violência e recomendou que fosse criada uma legislação adequada. Atualmente, Maria da Penha é coordenadora de estudos da Associação de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV), no Ceará.

Wânia Pasinato

Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Consultora em pesquisas aplicadas sobre gênero, violência, justiça criminal e políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Foi coordenadora de acesso à justiça no Escritório da ONU Mulheres Brasil.

A convite do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em setembro de 2016 entrevistei Maria da Penha Maia Fernandes, durante o 10º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que pela primeira vez dedicou-se ao tema da violência contra as mulheres e aos 10 anos da Lei Maria da Penha e reuniu especialistas, pesquisadores e policiais para refletir sobre a temática.

O ano de 2016 foi de comemorações, mas também de muitas preocupações para quem trabalha com o enfrentamento da violência contra as mulheres. As mudanças na Secretaria de Políticas para as Mulheres, com perda de status e autonomia política e financeira, somaram-se às incertezas quanto ao cenário político na defesa dos direitos humanos de modo geral, e os das mulheres, especificamente. O crescente movimento conservador com expressiva ação no Congresso Nacional contra as políticas de gênero e ameaças de alteração na Lei Maria da Penha. A sensação de aumento da violência contra as mulheres retratada em pesquisas de opinião que visibilizam o problema, sem ajudar a encontrar os caminhos para sua mitigação. Foi nesse cenário que conversei com Maria da Penha sobre os desafios e obstáculos para a implementação da Lei.

Entre os temas abordados, Maria da Penha expressou preocupação com a abordagem holística sobre a violência contra as mulheres que devem integrar as medidas de proteção às mulheres e de prevenção para que sejam aplicadas conjuntamente com as medidas de responsabilização para autores da violência. Sobre a prevenção, Maria da Penha lembra que o papel da educação formal desde os níveis básicos de escolarização como forma de promover mudanças sociais substantivas, um tema delicado em tempos de Escola sem Partido e batalhas contra a “ideologia de gênero”.

Por fim, um terceiro tema que Maria da Penha abordou durante a entrevista foi a importância de recuperar e preservar a história de lutas que resultaram na aprovação da Lei Maria da Penha e o papel decisivo do movimento feminista para que essa lei existisse. Reconhecida como marco para as políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, a Lei hoje encontra-se refém de disputas políticas entre setores do sistema de justiça criminal e o Legislativo. Em julho de 2016 foram identificados mais de 100 projetos de lei no Congresso Nacional que poderiam modificar a Lei Maria da Penha. Não se questiona a possibilidade de revisões da Lei para seu aprimoramento, mas sim, e com preocupação, a possibilidade de essas mudanças ocorrerem a partir de projetos de lei isolados, que atendam a interesses diversos e sem a compreensão adequada sobre a Lei Maria da Penha. Ainda que algumas propostas possam ser interessantes, se aprovadas isoladamente podem descaracterizar a Lei e os fins sociais a que ela se destina. A fragilização da Secretaria de Políticas para as Mulheres tornou o cenário ainda mais preocupante. Resgatar essa história e tornar ativo o consórcio de organizações não governamentais que elaborou o anteprojeto da lei, reconhecendo seu protagonismo e importante papel como porta-voz do movimento feminista e de mulheres no Brasil, constituem estratégias fundamentais para que a Lei Maria da Penha seja preservada, respeitada e possa ser implementada da forma integral. Maria da Penha é parte dessa história. Uma mulher que transformou sua tragédia pessoal em luta por políticas públicas, demonstra a cada dia que o lugar de vítima não corresponde aos seus anseios por uma vida sem violência para todas as mulheres. Entrevistá-la foi um privilégio, mas foi sobretudo um exercício de escuta e aprendizado.

“Resgatar essa história e tornar ativo o consórcio de organizações não governamentais que elaborou o anteprojeto da lei, reconhecendo seu protagonismo e importante papel como porta-voz do movimento feminista e de mulheres no Brasil, constituem estratégias fundamentais para que a Lei Maria da Penha seja preservada, respeitada e possa ser implementada da forma integral.”

Wânia Pasinato: *Dez anos depois da criação da Lei Maria da Penha, qual é a principal mudança que você percebeu? Quais foram os avanços, na sua opinião?*

Maria da Penha Maia Fernandes: Eu fico contente com o resultado de pesquisas que dizem que 98% da população brasileira tem o conhecimento da existência da Lei [Maria da Penha], que veio para cuidar das mulheres, proteger as mulheres e punir o homem agressor. Ao mesmo tempo, eu sinto a falta de compromisso de muitos gestores públicos que, no seu município, não conseguem, não se interessam em criar políticas públicas que possam atender a mulher vítima de violência doméstica. Porque, por exemplo... Eu considero, como uma das mais importantes políticas públicas, na aplicação da Lei, o Centro de Referência da Mulher. Principalmente para os pequenos e médios municípios começarem a trabalhar com essa perspectiva, da existência de um centro de referência, para que as mulheres do município saibam onde se informar sobre os seus direitos, tirar dúvidas com a equipe psicossocial, pedagógica, que existe nessas instituições, para que quando ela tomar a decisão, em cada caso, especificamente, essa mulher possa se inteirar de que ela pode sim sair de uma situação de violência, desde que ela busque sair, e procure orientação segura através desses equipamentos.

WP: *Você acha que o Centro de Referência é um espaço de empoderamento, de fortalecimento das mulheres, na sua decisão de sair da situação de violência?*

MP: Isso.

WP: *Esse equipamento contribui, então, pra mulher caminhar com a ação judicial?*

MP: Isso. Lá ela seria orientada... A partir da exposição dela, ela seria orientada sobre como conseguir resolver a situação que ela quer resolver.

WP: *E isso é importante porque muito ainda se diz da mulher que faz o registro da ocorrência e depois volta lá pra tirar. É necessário, então, melhorar esse apoio, né? O Centro de Referência representa uma estrutura de apoio para mulher?*

“
Eu considero,
como uma das
mais importantes
políticas públicas, na
aplicação da Lei, o
Centro de Referência
da Mulher.

MP: Isso. Porque a partir da consolidação dessa política pública, os próprios municípios se articulam. A criação de uma Casa Abrigo pra mulher num determinado município, vamos dizer, é importante, mas não pra atender mulheres daquele município. Porque num município pequeno, todo mundo sabe. Onde aquela mulher poderá ser protegida? Mas que pode haver a articulação entre os municípios, pra que a mulher de um determinado lugar possa ser acolhida pela Casa Abrigo de outro município, pra onde só a equipe de atendimento tem conhecimento.

WP: *Como você entende essa desconfiança em relação à legitimidade e efetividade da Lei Maria da Penha e as propostas pra sua reforma?*

MP: Entendo que seja realmente muito complexo que cada pessoa, da sua perspectiva pessoal, ache que a Lei tem que ser modificada, quando, na realidade, ela foi elaborada com base em tratados internacionais assinados e ratificados pelo Brasil, devido à nossa denúncia ao Cejil [Centro pela Justiça e o Direito Internacional], expondo a negligência do Poder Judiciário em relação à punição dos agressores de mulheres.

WP: *Você mencionou, em algum momento do 10º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que a Lei não vem punindo os agressores. Isso tem levado a um questionamento sobre a efetividade da Lei?*

MP: Eu acho que falta mais articulação entre as partes envolvidas na aplicação da Lei. Existe um interesse muito grande de alguns municípios em aplicar a lei, mas ainda é necessário uma... como se diz... que haja mais aproximação entre todas as pessoas envolvidas para conseguirem detectar as atitudes hesitantes na aplicação da Lei. Porque a gente tem conhecimento também de que, quando chega a vir uma mulher vítima de violência num final de semana, não tem uma delegacia pra acolhê-la, tomar as providências em relação ao caso dela. Além disso, existem delegacias que funcionam meio período, é inadmissível. A maioria das delegacias, mesmo nas grandes cidades, as capitais, funciona apenas até as 17h. A mulher não está sendo assistida pelo poder público. E a gente precisa que o poder público e as entidades envolvidas sejam, também, capacitadas. Porque, no momento em que a delegacia da mulher, por algum motivo,

A mulher não está sendo assistida pelo poder público.

não está funcionando, essa mulher não é atendida, na maioria dos casos, numa delegacia comum, já que o delegado entende que ele não pode fazer o atendimento, quando a gente sabe que ele tem que estar capacitado pra atender a mulher que chega na sua delegacia. E a gente sabe que isso não está acontecendo.

WP: *Você foi muito categórica em dizer “não mexam na Lei Maria da Penha”. Você acredita que não se trata, nesse momento, de fazer alterações na Lei, mas de se trabalhar melhor com a sua implementação, garantir a sua implementação?*

MP: Isso, garantir a finalidade para qual ela foi criada, capacitando todos os envolvidos na aplicação da Lei. Que haja esse compromisso de todas as pessoas envolvidas.

WP: *Como avançar na implementação da Lei Maria da Penha? Esse seria um caminho de avanço também, não?*

MP: Eu acredito que dentro dessa problemática que se criou sobre haver mudanças na Lei – já existem mais de 100 projetos de lei para modificá-la – cada um querendo mexer de uma maneira que não está em harmonia com toda a estrutura de criação da lei. Então, não é possível atender a essa demanda. Primeiramente, é necessário trabalhar a finalidade da Lei, a estrutura pra que a Lei funcione, que é uma estrutura realmente complexa, mas importante. Que a gente esgote tudo o que foi colocado, pra ela funcionar. Porque fica uma história de achismo, de forma individual. Por exemplo, em toda cidade que eu vou, eu escuto reclamação em relação ao atendimento de mulheres. Então, cada um achou por bem resolver o problema. E falta de conhecimento da minha parte, de não ter participado de encontros na época em que a lei foi criada; eu também não tinha conhecimento disso e agora eu tenho. Então, eu acho que é preciso sim trabalhar essa questão, trazendo todas as pessoas envolvidas, quem criou e quem quer modificar a Lei. Que eles entendam que essa modificação não pode ser feita a critério de cada um, ela tem que seguir normas, atendendo, inclusive, às recomendações internacionais, que foram a base legislativa aqui, os tratados internacionais que o Brasil tinha assinado.

WP: *Como foi para você e para o Instituto Maria da Penha a formação de um consórcio ampliado para a participação mais organizada no debate sobre a Lei? Qual a sua expectativa? Como vamos trabalhar para avançar com esse trabalho agora?*

MP: Eu acho que esse encontro foi fundamental pra eu saber que a Lei não pode ser modificada agora. Que, se chegar o momento de ela ser modificada, tem que ser através do consórcio que criou a Lei. Assim, já se passaram dez anos e a gente sempre escuta dizer, não só em relação à Lei, mas em outros debates, sempre se coloca a importância da educação pra se mudar uma cultura. Que só se muda uma cultura através da educação. E o que a gente diz? Ainda ontem eu disse isso, se o homem foi criado numa família onde existia violência doméstica e aquilo era normal, se ele via o seu pai batendo na sua irmã, seu avô batendo na sua avó, e isso era normal na vivência dessa família, então ele foi educado dessa maneira, ele está reproduzindo a educação que ele teve. E a OEA [Organização dos Estados Americanos] foi sábia em colocar investimento em educação, desde o nível fundamental até o universitário. Porque a criança começa a aprender na escola o respeito ao outro, o respeito à mulher. E a gente tem observado que ainda não houve, de maneira abrangente, interesse do poder público em investir nisso. Pode ter até um investimento aqui, outro acolá, mas acho que isso é uma coisa em que o país tem que investir.

WP: *A menção à OEA refere-se à decisão do seu caso?*

MP: Exatamente, que solicitou as mudanças legislativas no país pra evitar negligência do Poder Judiciário. Aliás, de todas as instâncias da sociedade, que trabalham com essa ideia machista de que a mulher tem que ser punida. E, nesse caso, a recomendação foi fazer uma mudança legislativa, mas entre essas mudanças, tem a história da educação. Que todos os livros de ensino participassem da desconstrução da cultura machista, através da educação, nos níveis fundamental, médio e superior. Porque, como a cultura machista é inerente a toda a sociedade, muitos juízes são machistas, foram criados nessa cultura, né? Então que tenham discernimento de pôr um basta no seu discernimento pessoal pra aplicar a lei. Ele aplica a lei de acordo com seu entendimento pessoal, e isso está errado, então a gente tem que desconstruir isso através da educação mesmo.

[...] se chegar o momento de ela ser modificada, tem que ser através do consórcio que criou a Lei.

WP: *Mesmo com dez anos de Lei Maria da Penha, mesmo que há pelo menos dez anos ou muito antes, a gente já fale sobre violência contra a mulher e que se invista nessa formação, nessa capacitação, depois da Lei Maria da Penha, isso se tornou muito mais presente, inclusive na vida dessas instituições, com as associações de juízes e promotores que se formaram. Ainda assim, promovendo toda essa qualificação e conhecimento sobre a Lei, o machismo ainda está arraigado nessas instituições e ainda se expressa no atendimento às mulheres.*

MP: Exatamente.

WP: *E pensando no contexto que vivemos hoje no país, que se problematiza tanto que não se pode falar em gênero, que isso vai destruir a sociedade, como é que nós ficamos? Como falar de Lei Maria da Penha e de violência familiar, enquanto alguns grupos defendem que não se pode falar de gênero nas escolas? Qual é o nosso caminho?*

MP: É insistir no que nós achamos que é realmente certo. Até porque nós vamos atender a uma determinação internacional, né? Então a gente não pode regredir. Nós, mulheres, nas instituições que trabalham a questão da mulher, nós temos que insistir nisso. Porque as leis podem mudar, então quem sabe daqui a dois anos a gente consiga mudar esse quadro triste de não avanço.

WP: *O Instituto Maria da Penha tem um projeto que trabalha com educação, com a formação das defensoras e dos defensores. Como ele funciona?*

MP: Baseado nesse entendimento de que a educação é importantíssima na construção de qualquer campanha, o Instituto Maria da Penha tem investido, tem feito acordos de cooperação técnica com universidades – nós temos esse trabalho em Fortaleza –, acordos com a UFC, a Unifor e a UECE, onde qualquer uma dessas universidades pode fazer um curso gratuito, quer dizer, os professores são voluntários e o Instituto organiza esse curso para os universitários. Então, muitos universitários e, principalmente, aqueles que, no futuro, vão ser os operadores da Lei Maria da Penha, têm procurado esse curso pra se inteirar. É exitosa essa conduta, não só em relação à universidade, mas também à

Que todos os livros de ensino participassem da desconstrução da cultura machista, através da educação, nos níveis fundamental, médio e superior.

comunidade, onde as líderes comunitárias – e os líderes homens também – têm participado desses cursos exatamente pra se inteirar e tirar suas dúvidas sobre a Lei Maria da Penha e sobre a cultura [do machismo] inserida em toda a sociedade. Isso tem sido muito exitoso, com a ajuda de algumas empresas que investem para a gente ter esse curso nas universidades, para a gente ter os professores, levar até lá e fazer esse trabalho.

WP: *Você mencionou uma pesquisa que está sendo realizada com a universidade em nove capitais do Nordeste, sobre o custo social da violência contra a mulher. Você poderia falar um pouco mais sobre ela e sobre a relevância de pesquisas para o enfrentamento da violência contra mulheres e as políticas de prevenção?*

MP: Essa pesquisa é importantíssima porque, diante do que a gente tem observado e colocado... Aqui acho melhor você falar, Conceição, porque você é quem tem acompanhado melhor essa formação...

Conceição de Maria: Essa pesquisa está sendo realizada pela Universidade Federal do Ceará, o coordenador da pesquisa é o professor José Raimundo de Carvalho, em parceria com o Instituto Maria da Penha, e o financiamento é da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e a gente também tem o apoio do Banco Mundial. Envolve nove capitais do Nordeste, com visita a 3 mil domicílios. É uma pesquisa longitudinal que acontece em duas ondas: a primeira onda, o campo, já aconteceu de março a julho de 2016, e agora em novembro a gente pretende lançar esses dados preliminares. A segunda onda vai acontecer nesse mesmo período, de março a julho de 2017, e a gente vai lançar um relatório final, fazendo, inclusive uma comparação do primeiro ano com o segundo ano, o que aconteceu nesses domicílios, se houve evolução de situação de violência, se houve quebra de ciclo, se não existia a violência e ela passou a acontecer e vários outros recortes, como a questão do empoderamento da mulher, o poder de barganha, a vitimização, o conhecimento da Lei Maria da Penha, dos equipamentos, a procura pelos equipamentos, tudo isso vai ser debatido. E a pesquisa aconteceu só com entrevistadoras mulheres, porque a gente acha que é um perfil apropriado pra fazer esse tipo de

Coordenadora de projetos e produtos do Instituto Maria da Penha.

pergunta, e o Instituto Maria da Penha fez uma capacitação, essas mulheres, todas universitárias ou já formadas, passaram por 40 horas-aula de capacitação, 24 horas-aula de formação em Direitos Humanos, violência doméstica e Lei Maria da Penha, especificamente, pra se sensibilizar com a situação, com a causa, pra ter a capacidade de entrevistar essa mulher, já que muitas vezes elas vão ter que escutar relatos de violência nessas entrevistas. Então, pra gente é muito importante, porque a gente teve praticamente 300 universitárias ou estudantes com essa nossa capacitação, nas nove capitais do Nordeste. E também a gente pretende fazer um acompanhamento, ver o que a gente pode fazer pra aproveitar essa base de conhecimento, porque muitas dessas mulheres já relataram interesse em estudar mais os casos, em fazer seus trabalhos de conclusão de curso mais voltados para a violência de gênero, quem sabe até utilizando os dados dessa pesquisa. Para a gente, o principal dessa pesquisa vai ser como influenciar as políticas públicas, dar melhorias para as políticas públicas, para embasar todo o movimento de mulheres que já trabalham com a causa e que precisam muito de dados estatísticos para trabalhar, especialmente no Nordeste – porque essas pesquisas acontecem muito no Sudeste, em São Paulo, Rio e Sul, e também pra que possa ser uma base de dados aproveitável por essa geração da academia que está estudando, pra que esse assunto possa ser debatido dentro das universidades, porque é de lá, também, que vai sair a melhoria.

WP: *Já tem alguma articulação com os governos dos estados e dos municípios para que conheçam os dados?*

CM: Sim, a gente está planejando fazer o lançamento dos dados em novembro e... Vai ser debatido em Fortaleza, a gente está propondo um seminário, um debate com o poder público, com as universidades e também enviar esse relatório a cada um desses estados, por onde a gente passou, para as universidades que nos receberam na formação, na capacitação, e para os gestores públicos desses locais. Você está convidada a participar.

WP: *Obrigada! Maria da Penha, tem algum outro registro que você queira deixar como mensagem aos leitores da revista, pensando que são principalmente policiais, de todas as forças policiais, gestores públicos*

na área da segurança pública, pesquisadores, acadêmicos, pessoas que já trabalham com a violência contra a mulher, pessoas que estão se aproximando desse tema e outras, que não têm qualquer conhecimento sobre o tema?

MP: Eu queria apenas agradecer essa oportunidade, foi um evento realmente muito grande, em que a gente viu também o interesse de saber sobre a lei, pelo número de pessoas no auditório, foi realmente muito cheio. E que a gente consiga, através desse evento, despertar a sensibilidade daqueles que não são sensíveis e que eles passem a entender a importância de a gente trabalhar a implementação da Lei Maria da Penha, porque, como eu falei, as filhas deles, as irmãs deles podem ser também vítimas da violência doméstica. E que eles mesmos possam entender a importância que tem nós conseguirmos efetivar essa Lei e proteger as mulheres.

